

ARTIGO

TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PERU E COLÔMBIA E AS IMPLICAÇÕES COM O NARCOTRÁFICO

Resumo

Na região do Alto Solimões, extremo oeste do Amazonas, localiza-se a chamada Tríplice Fronteira Amazônica, formada pelas cidades de Tabatinga/Brasil, Santa Rosa/Peru e Leticia/Colômbia. Esta zona fronteiriça é identificada como uma das portas de entrada dos entorpecentes oriundos das zonas produtoras do Peru e Colômbia no território brasileiro. Este artigo objetiva promover a análise das características do narcotráfico na tríplice fronteira amazônica, com uma breve exposição do seu processo de formação histórica, dinâmica da atividade cocaleira e do narcotráfico nesses países vizinhos, além de expor o potencial de produção de cocaína, zonas de cultivo, e logística empregada pelos grupos envolvidos com o tráfico de cocaína destas localidades para o território brasileiro.

Palavras-Chave:

Narcotráfico; Tríplice fronteira amazônica; Segurança Pública.

Abstract

In the Upper Amazon, extreme western Amazonas, it is located the Triple Amazon Border, formed by the cities of Tabatinga/Brazil, Santa Rosa/Peru and Leticia/Colombia. This border area is identified as one of the entry points of narcotics produced in Colombia and Peru in the Brazilian territory. This article aims to analyse the characteristics of drug trafficking in that zone, with a brief statement of its historical formation process, dynamics of coca-growing activity and drug trafficking in those neighboring countries. Furthermore, are also exposed, the production potential of cocaine production, growing areas, and logistics employed by the criminal drugs trafficking groups to smuggle drugs into Brazilian territory.

Keywords:

Drug trafficking; Amazon triple border; Public safety.

* Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA; especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; graduado em Direito; Delegado de Polícia Civil. E-mail: felipe@vasconcelosdias.com.br

** Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional (UnB/Flacso/UFRR). Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Graduada em Ciências Sociais (UFAM). Professora da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, onde coordena o Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. E-mail:izaura27@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo analisar as características do narcotráfico no Trapézio Amazônico, região fronteira dos territórios do Peru, Colômbia e Brasil. Apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa maior, que busca além das características do narcotráfico, avaliar a atuação das forças de segurança naquela região, para assim se obter um panorama da capacidade do Estado brasileiro em reprimir o tráfico de entorpecentes na área mencionada.

Trata-se de uma zona de sensibilidade para as políticas de segurança pública brasileiras, em especial àquelas voltadas ao combate a ilícitos transnacionais, com destaque ainda maior para o enfrentamento ao narcotráfico, uma vez que Colômbia e Peru são os maiores plantadores de folha de coca e produtores mundiais de cocaína.

Assim, este estudo aborda a caracterização da região do Trapézio Amazônico, com uma breve exposição do seu processo de formação histórica. Em seguida, observa-se a dinâmica da atividade cocaleira e do narcotráfico nesses países vizinhos, verificando o potencial de produção de entorpecentes, zonas de cultivo, e logística empregada pelos grupos envolvidos com o tráfico de cocaína destas localidades para o território brasileiro. Com isso, é possível traçar um panorama do narcotráfico na região de fronteira analisada, e dos desafios que este apresenta para as políticas de segurança pública do governo brasileiro.

Breves considerações sobre o narcotráfico

O II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (Inpad) e que teve seus resultados divulgados em 2013, revelou que o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína, atrás apenas dos Estados Unidos e maior consumidor de crack do mundo, evidenciando-se assim a dimensão do problema do uso e tráfico de drogas no Brasil.

O território brasileiro é fronteira aos três países que concentram o cultivo de coca, matéria-prima para a produção de cocaína, Bolívia, Peru e Colômbia. No oeste do Estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, localiza-se a zona fronteira denominada Trapézio Amazônico, formada pela confluência dos territórios brasileiro, colombiano e peruano. Esta região é considerada uma das principais portas de entrada de cocaína no território brasileiro, sendo constante objeto de discussões governamentais de planos de segurança voltados para a região.

No entanto, as publicações que analisam de forma científica a problemática do tráfico de entorpecentes na região, em geral o fazem com um enfoque voltado para as áreas da Geografia e das Relações Internacionais.

Com isso, surge a oportunidade de se realizar uma pesquisa com ênfase na área de Segurança Pública, com o objetivo de identificar a dimensão do narcotráfico, finalidade deste artigo, além de avaliar a capacidade do Estado Brasileiro em reprimir esta modalidade criminosa naquela zona fronteiriça.

O narcotráfico na região do Trapézio Amazônico

O Trapézio Amazônico é a denominação dada à região que engloba o ponto de interseção das fronteiras entre Brasil, Peru e Colômbia, e os territórios adjacentes em um raio de aproximadamente sessenta quilômetros, destes três países. Engloba assim, parte do Departamento colombiano do Amazonas, Departamento peruano de Loreto e o estado brasileiro do Amazonas.

Nele habita uma população heterogênea, de aproximadamente 150 mil pessoas, formada por diferentes etnias indígenas (ticuna, cocamas, yasha-mishara, uitoto e ocaina), mestiços de origem local e migrantes andinos e de outros territórios amazônicos. Esta população concentra-se principalmente nos centros urbanos da região, destacando-se as cidades de Caballocha e Islândia, no Peru; Puerto Nariño e Letícia, na Colômbia; e Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, no Brasil (CHAU-MEIL, 2000).



Figura 1 Espaço da Tripla Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.
Fonte: Adaptado de Euzébio, 2014 por Luiz Felipe Balieiro

Estas cidades – e a região do Trapézio Amazônico como um todo – acabam por apresentar como características: posicionamento periférico e distanciamento em relação ao poder central de seus países, baixa densidade populacional, população carente de necessidades básicas e ausência do Estado. Desse modo, acabaram por desenvolver ao longo dos anos, uma relação estreita e complementar, de processos sociais e econômicos.

Tome-se, por exemplo, o caso das cidades-gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), maiores cidades do Trapézio Amazônico. Ambas são originárias de processos de colonização militar, que buscavam afirmar a soberania nacional e estabelecer os limites territoriais de Brasil-Peru-Colômbia. Tabatinga surge a partir de um povoado estabelecido nos arredores do Forte de São Sebastião de Xavier, instalado em 1776 na confluência dos rios Javari e Solimões, com o objetivo de fiscalizar o tráfego de embarcações na fronteira. Apesar da destruição do forte, cujas ruínas desapareceram no início do século XX, o povoado se desenvolveu, fazendo inicialmente parte do município de São Paulo de Olivença (1891), Benjamin Constant (1938), até obter a autonomia municipal em 1983.

Já Letícia, teve sua origem quase um século após, com o povoamento nos arredores do Posto Militar de San Antonio, instalado em 1867 pelos peruanos. Passou a compor o território colombiano em 1927, após a assinatura do tratado Salomón-Lozano em 1922, que fixava limites territoriais entre Peru e Colômbia. No entanto, em 1932, um grupo de peruanos se revoltou e invadiu Letícia, reivindicando que o território pertencia ao Peru e dando início a um conflito armado entre os dois países. Apenas dois anos depois, em 1934, negociações de paz estabelecidas no Protocolo do Rio de Janeiro, reafirmaram o estabelecido do tratado de 1922, considerando Letícia como integrante do território colombiano. Em 1930, tornou-se capital da Comisaria del Amazonas, antiga forma de unidade territorial colombiana, sendo elevada à categoria de município em 1963 e tornando-se, em 1991, a capital do recém-criado Departamento do Amazonas.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a economia da região baseou-se no extrativismo de produtos de origem florestal, especialmente do látex extraído das árvores de caucho ali existentes, com maciça exploração da mão-de-obra escrava indígena. Este ciclo durou até meados de 1920, quando a exemplo das demais zonas produtoras de borracha da Amazônia, entrou em decadência em virtude da concorrência do látex produzido nas colônias inglesas localizadas na Ásia.

A partir de então, cresce a importância da exploração madeireira na região, nas regiões colombianas de Tarapacá e La Pedrera, bem como nas terras ao longo do rio

Javari, em território brasileiro, com destaque no município de Benjamin Constant. Com a criação da legislação ambiental, demarcação de terras indígenas e áreas de preservação ambientais, na segunda metade do século XX, a exploração madeireira começa a declinar, gerando uma crise econômica neste setor produtivo (STEIMAN, 2002).

Na década de 70, inicia-se o processo de escalada do cultivo de produção de cocaína, a fim de suprir a demanda do mercado norte-americano. Com isso, a economia derivada do tráfico de drogas, logo passa a ter uma importância primordial na região.

Independente do período analisado deve-se atestar a importância dos corredores hidrográficos formados pelos rios do Trapézio Amazônico, nos processos de desenvolvimento da região. Destacam-se, portanto, as rotas fluviais dos rios Caquetá-Japurá, Putumayo-Içá e Marañon-Amazonas, amplamente utilizados nos períodos que serviram como: rotas do contrabando, no século XVIII; vias de exportação de borracha e madeira, ao longo do século XX; e mais recentemente para o escoamento de entorpecentes provenientes das regiões produtoras do Peru e Colômbia. Além disso, a falta de ligações terrestres dos aglomerados urbanos do Trapézio Amazônico, com as regiões centrais dos países que o compõe, e as limitações impostas pelos custos de transportes aéreos, faz com que os rios ali existentes, sejam o principal meio de deslocamento das suas populações.

Figura 2- Fluxo fluviais no Trapézio Amazônico



Fonte: <http://www.info.lncc.br>

O narcotráfico é uma das modalidades criminosas que mais movimentava dinheiro no mundo. Em 2009, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, divulgou relatório no qual estima que o comércio de cocaína gera uma receita bruta estimada em 84 bilhões de dólares. Desta, a maior parte é gerada na América do Norte (35 bilhões de dólares) e Europa Ocidental e Central (26 bilhões). Além disso, os custos de produção da cocaína foram estimados em 1 bilhão de dólares anuais, que se destinam principalmente aos produtores das regiões andinas.

O mercado de cocaína teve sua expansão iniciada na década de 70 do século XX, de forma a atender à crescente demanda por esta droga, especialmente nos Estados Unidos. No período, surgem as grandes organizações criminosas envolvidas na produção e distribuição de cocaína para aquele país, como os cartéis de Cali e Medellín.

Assim, verifica-se a ampliação do cultivo de coca em diversas áreas dos territórios de Peru, Colômbia e Bolívia, estabelecendo um monopólio da produção da matéria-prima da cocaína que persiste até os dias atuais.

Segundo Machado (2002), os modos de organização territorial do processo produtivo de cocaína podem ser separados em duas formas diferentes. Na primeira, que perdurou até o início dos anos 90, Peru e Bolívia teriam a predominância nos cultivos e produção da pasta de coca, enquanto que a Colômbia se firma como maior produtora e exportadora de cocaína, estabelecendo assim uma divisão transnacional do processo produtivo. Neste período, o papel do território brasileiro como rota de exportação de cocaína não possui grande relevância, uma vez que esta era escoada aos Estados Unidos predominantemente pela costa do Oceano Pacífico, passando pelo Mar do Caribe. Além disso, não se encontra uma base de dados confiável sobre apreensões de entorpecentes, especialmente pasta base e cocaína, no território brasileiro, neste período.

No entanto, a despeito da menor importância nas rotas de exportação internacionais, a região do Trapézio Amazônico, possuía importância estratégica para o transporte da pasta base produzida no Peru e Bolívia para o refino nos laboratórios colombianos localizados nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Guaviare, que eram transportados pelas já mencionadas rotas fluviais da região.

Assim, surge na região o Cartel de Letícia, liderado pelo narcotraficante Evaristo Porras Ardila, e que se torna o principal fornecedor de coca para o Cartel de Medellín, liderado por Pablo Escobar.

Impulsionada pela movimentação financeira do narcotráfico, a cidade de Letícia experimenta um desenvolvimento econômico sem precedentes, derivando na expansão do mercado imobiliário, com a construção de hotéis, residências e lojas

comerciais, bem como o aumento da circulação de bens de luxo, como automóveis, lanchas e motos. Além das moedas nacionais de Peru, Colômbia e Brasil, o dólar era amplamente utilizado nas transações comerciais, e surgiram inúmeras casas de câmbio, tanto em Letícia como em Tabatinga.

No período entre 1973 e 1993, a população urbana de Letícia mais que triplicou passando de 5.849 para 17.187 habitantes.

Tabatinga também experimentou ganhos com a economia do narcotráfico. No período, a moeda brasileira encontrava-se desvalorizada ante as demais, fazendo com que os preços do comércio local se tornassem atrativos. De igual modo, a cidade passou por um aumento de sua população local, embora não haja dados estatísticos oficiais que atestem a população no município antes de 1991.

A pujança econômica de Letícia persiste até meados da década de 1990, quando o aumento da repressão ao narcotráfico na Colômbia, resultou na captura ou morte dos principais narcotraficantes do país e o desmantelamento dos grandes cartéis de drogas, a exemplo do Cartel de Letícia, que teve seu líder Evaristo Porras, preso e seus bens confiscados. A partir de então, Letícia passa por uma grave crise financeira, com declínio da atividade comercial até então estimulada pelo tráfico de drogas.

O aumento da repressão ao tráfico de drogas na década de 1990 e seu ápice em 1997 ocasionou a dissolução do Cartel de Letícia, o terceiro mais importante da Colômbia, e levou consigo o padrão de crescimento econômico da cidade até então. Os bens dos traficantes colombianos da cidade foram confiscados (mansões luxuosas, as empresas, centros comerciais, hotéis, etc.), muitos chefes locais foram presos ou fugiram. [...] Por volta de 2000, a situação financeira da Gobernacion del Amazonas e da Municipalidad de Letícia era grave (STEIMAN, 2002, p. 69)

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o território colombiano passa a apresentar também grandes áreas de cultivo de coca, passando a concentrar todas as etapas da produção do entorpecente. O mesmo ocorre, em sentido inverso, com Bolívia e Peru, onde se verifica o aumento da produção de cocaína. Desse modo, o caráter transnacional do processo produtivo é substituído por um método de organização que concentra todas as etapas da produção nos limites territoriais de cada país.

In the 1990s, Colombia also became a major producer of coca leaf and coca paste. On the other hand, Peru and Bolivia experienced a decrease in coca leaf production and a trend towards cocaine production. In other words, there seems to be a tendency towards a vertically integrated mode of organisation within the limits of each country (MACHADO, 2002, p.158).

Neste novo período, identifica-se ainda o surgimento de novos mercados consumidores de cocaína, até então concentrados nos Estados Unidos, como a Europa e África. Ante este novo cenário, aumenta também a importância de rotas exportadoras que passam pelo território brasileiro, iniciadas nas regiões de fronteira dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, até atingir os portos da costa brasileira e dali os mercados finais via Oceano Atlântico.

Assim, verifica-se uma mudança na utilização das vias hidrográficas da região no processo de tráfico de entorpecentes. Se antes estas eram utilizadas majoritariamente para o transporte da pasta de coca produzida no Peru e Bolívia para os laboratórios de refino colombianos, agora estas são utilizadas para o escoamento da pasta base e cloridrato de cocaína para o mercado externo.

Ademais, na última década, vem se observando uma mudança do perfil do tráfico de cocaína no Brasil. Este vem deixando de ser um país caracterizado como rota de trânsito, passando a ser um importante mercado consumidor.

O Brasil contém aproximadamente metade da população da América do Sul; é um país que é vulnerável tanto ao tráfico, devido à sua geografia (o que o torna uma área de preparação conveniente para cocaína traficada para a Europa), como ao consumo de cocaína, devido à sua grande população urbana. A última estimativa oficial de prevalência anual do consumo de cocaína no Brasil com base na população geral remonta a 2005. Uma pesquisa mais recente, entre estudantes de ensino superior nas capitais brasileiras, estimou a prevalência de uso de cocaína em pó (de todas as idades) a 3 % em 2009 (UNODC, 2014, p. 143).

Com isso, o tráfico de cocaína mantém-se ativo na região do Trapézio Amazônico, e a sua repressão representa um desafio para o Estado Brasileiro.

A produção de coca e sua influência econômica na região do Trapézio Amazônico

Como já exposto anteriormente, o tráfico de entorpecentes atua como um dos dinamizadores econômicos da região. Assim, torna-se importante tentar mensurar qual o impacto econômico gerado por esta atividade.

Primeiramente deve-se observar que a produção mundial de folhas de coca restringe-se a três países sul-americanos: Colômbia, Peru e Bolívia. A UNODC em parceria com os governos destes países realiza o monitoramento da extensão dos cultivos de coca e divulga os resultados obtidos em suas publicações. A principal de-

las é o World Drug Report, um relatório anual que analisa a problemática das drogas de forma global em suas variadas vertentes (produção, tráfico e consumo), tendo por base os dados mais recentes disponíveis. Na versão 2014 do WDR, que utilizou dados atualizados até fim do ano de 2012, a área total de cultivos de coca foi estimada em 133.700 hectares, apresentando uma área 14% menor que a do ano anterior e 21% menor que a observada no ano de 2002, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 1 - Cultivos Ilícitos de coca (em hectares)											
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bol.	21.600	23.600	27.700	25.400	27.500	28.900	30.500	30.900	31.000	27.200	25.300
Col.	102.000	86.000	80.000	86.000	78.000	99.000	81.000	73.000	62.000	64.000	48.000
Per.	46.700	44.200	50.300	48.200	51.400	53.700	56.100	59.900	61.200	64.400	60.400
Tot.	170,300	153,800	158,000	159,600	156,900	181,600	167,600	163,800	154,200	155,600	133,700

Fonte: Adaptado de World Drug Report 2014 por Luiz Felipe Balieiro

As reduções nas áreas de cultivo de coca são resultadas de diversos programas de erradicação implementados nos países produtores.

Na Colômbia, a estratégia de redução de oferta de drogas ilícitas, na qual a redução das áreas de cultivo se insere, é realizada por meio de diversas ações que incluem: erradicação manual, erradicação por meio de aspersão aérea de herbicidas e substituição voluntária de cultivos através de programas de desenvolvimento alternativo. Com isso, verifica-se que de 2011 para 2012, houve uma redução de 25% nos cultivos de coca no país (UNODC, 2014).

Na Bolívia, ações de erradicação e programas de desenvolvimento alternativo vêm conseguindo reduzir as áreas de cultivo de coca. No relatório Monitoreo de Cultivos de Coca 2013, produzido pela UNODC em parceria com o Governo da Bolívia, estimou-se em 23.000 hectares de cultivos de coca no país, menor área observada desde o ano de 2003.

No Peru, os esforços do governo carreados pela Comissão Nacional para Desenvolvimento e Vida sem drogas (DEVIDA) conseguiram pelo segundo ano consecutivo reduzir os cultivos de coca, que somaram 49.800ha em dezembro de 2013, ou seja, 17,5% a menos que o ano anterior (60.400ha) ou 22,7% a menos que o registrado em 2011 (64.400ha). Esta redução se deve tanto por ações de erradicação de cultivos ilícitos, bem como ações de desenvolvimento econômico que levam ao abandono dos cultivos cocaleiros. Exemplo disto é a disputa por mão de obra, ocasionada pela demanda gerada por obras públicas de governos locais e regionais ou

ainda por companhias ligadas à exploração do Gás de Camisea, na região Central do Peru (UNODC, 2014).

Tendo-se obtido uma visão geral sobre a produção cocaleira, deve-se agora procurar delimitar as áreas com influência direta sobre a região da Tríplice Fronteira Amazônica.

Primeiramente, devemos observar que embora seja a origem de mais da metade da cocaína apreendida no Brasil, o aprofundamento sobre a produção de coca na Bolívia não deve ser realizado neste estudo. Isto porque, os limites territoriais bolivianos estão distantes da zona fronteiriça ora analisada. Assim, as zonas produtoras de coca e cocaína produzidas na Bolívia e sua posterior entrada em território brasileiro, relacionam-se mais com a região Centro-Oeste de nosso país, notadamente com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Já a dinâmica do mercado de cocaína colombiana também se afasta da fronteira, uma vez que o principal destino da droga ali produzida são os Estados Unidos, utilizando como rota de escoamento o Equador, México e países da América Central. Ressalta-se ainda, que em 2013, não foram realizadas ações de erradicação manual ou operações de aspersão de herbicida em cultivos de coca localizados nos departamentos de Vaupés e Amazonas que são aquelas fronteiriças à região oeste do Amazonas, ora estudada. De acordo com o World Drug Report 2013, com informações fornecidas pelo governo brasileiro, no ano de 2011, apenas 7,5% da droga fornecida em território nacional possuía origem colombiana.

Com isso, é possível afirmar que a produção de coca no Peru é a que mais diretamente se relaciona com o narcotráfico na região da Tríplice Fronteira Amazônica. Em 2013, a área de coca cultivada no Departamento de Loreto foi estimada em 5.013ha, apresentando-se assim como a terceira maior região produtora de coca daquele país. Quando se observa apenas a zona do Bajo Amazonas, situada na província de Ramon Castilla, e que faz a fronteira imediata com a região do Alto Solimões, chega-se a um quantitativo 3.070ha de cultivos de coca, percentual 3,8% superior ao ano anterior. Ressalte-se ainda, que o aumento dos campos de coca no Bajo Amazonas só não foi superior devido às operações conjuntas realizadas pelas forças de segurança do Peru e a Polícia Federal do Brasil, principalmente por meio das denominadas Operações Trapézio. No período de 2011-2012, a zona do Bajo Amazonas apresentou o maior percentual de aumento de área planta de coca em todo o Peru, saindo de 1710 ha para 2959 ha, ou seja, um incremento de 73% em apenas 1 ano.

Além disto, não se deve ignorar que outras zonas cocaleiras, como a Alto Huallaga e Marañon, também contribuem para o fluxo de entorpecentes na Tríplice

Fronteira Amazônica. Isto porque as rotas fluviais oriundas destas localidades confluem para o rio Solimões no território brasileiro, formando assim vias naturais para o escoamento de entorpecentes.

A disposição geográfica dos cultivos de coca no Departamento de Loreto, com destaque para a proximidade daqueles localizados na zona do Bajo Amazonas é ilustrada pela figura a seguir apresentada:

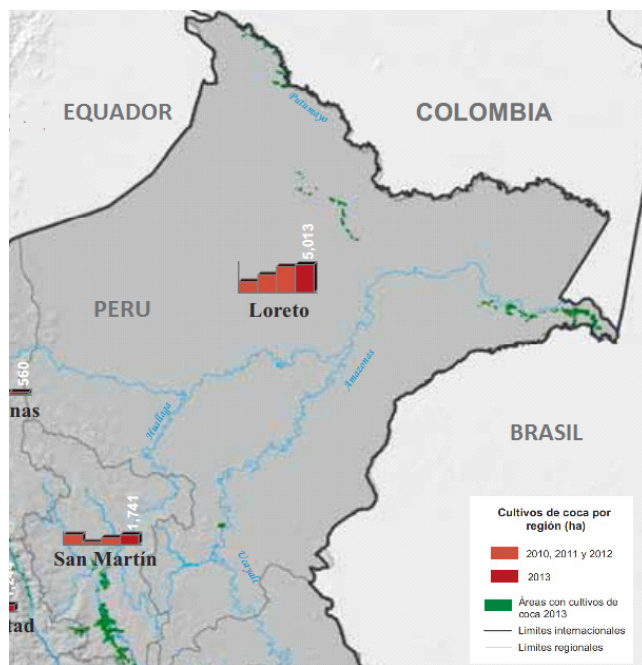


Figura 3- Extensão dos cultivos de coca no Departamento de Loreto-Peru
Fonte: Adaptado de Monitoreo de Cultivos de Coca-Peru 2013 por Luiz Felipe Balieiro

Uma vez delimitada a área de produção de coca que se relaciona de forma mais aproximada com o Trapézio Amazônico, busca-se agora mensurar o impacto econômico do tráfico de cocaína na região. Para tanto, algumas premissas iniciais devem ser observadas.

Como exposto anteriormente, foram identificados em 2013, 60.400 hectares de cultivos de coca. Estes cultivos seriam suficientes para a produção de 121.242 toneladas de folhas de coca, das quais 9.000 são utilizadas em costumes tradicionais, uso ancestral ou ainda pela indústria, e o restante é empregado pelo narcotráfico na obtenção de derivados da coca (cloridrato de cocaína, pasta base).

A produtividade dos cultivos de coca varia conforme a zona em que estes são localizados. No Vale dos rios Apurímac e Ene (VRAE), que apresenta os maiores níveis de produção, são obtidas em média 3.627 quilos de folha de coca por hectare plantado. Já na zona de La Convención y Lares, o rendimento médio obtido é de 1.457 kg/ha. Nem todas as zonas cocaleiras do Peru têm a sua produtividade aferida nos relatórios de monitoramento, caso das zonas situadas no Departamento de Loreto, como o Bajo Amazonas e Putumayo. Diante disto, será considerada para os fins de cálculo de insumos disponíveis para o narcotráfico, que estas zonas apresentam uma produtividade de 2.000kg/ha, que nada mais é do que a produtividade média do Peru quando seus cultivos são analisados de forma geral.

Estão sendo revisados pela UNODC os fatores de conversão utilizados para se estimar o potencial de produção de cocaína pura (cloridrato de cocaína) a partir das folhas de coca. Estes fatores levam em consideração: a extensão do cultivo, quantidade de folhas obtidas por hectare plantado, quantitativo de alcaloide encontrado nas folhas e eficiência do processo laboratorial de extração do alcaloide (UNODC, 2010). Com isso, será considerado na presente pesquisa a taxa de conversão de 375 quilos de folha de coca para a obtenção de um quilo de cloridrato de cocaína. Esta taxa foi obtida por meio estudos científicos do US Drug Enforcement Administration (DEA), e utilizada nos WDR até o ano de 2008. Além disso, considerar-se-á que a mesma quantidade de folhas de coca é necessária para produzir um quilo de pasta-base de coca, subproduto anterior ao estado de cloridrato.

O quilo da folha de coca peruana é negociado por um preço médio de 4,3 dólares. Por sua vez, o quilo de pasta-base de cocaína é negociado, em média, por U\$863,00 (oitocentos e sessenta e três dólares), enquanto que o cloridrato de cocaína é negociado por U\$1310/kg. Não se tem disponível uma estatística precisa de quanto de cocaína é comercializada na forma de pasta ou na forma de cloridrato. Deste modo, utilizaremos nesta pesquisa um preço médio de U\$1.000/kg de cocaína.

Com base nas informações apresentadas, pode-se estimar que as vendas de folhas de coca produzidas no Departamento de Loreto gera uma movimentação financeira de cerca de U\$ 43 milhões. Apenas no Departamento de Loreto, seriam produzidas anualmente 26,7 toneladas de cocaína (pasta-base ou cloridrato). Considerando-se o preço de U\$1000/Kg, obtém-se que a vendas anuais de cocaína ali produzida, movimentam U\$26,7 milhões ou 61 milhões de reais. Assim, apenas a cocaína produzida no Departamento de Loreto e cujo destino é o Brasil por meio da Tríplice Fronteira Amazônica, possui um impacto econômico equivalente ao setor agropecuário e superior à atividade industrial nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant

e Tabatinga, que juntos movimentaram, respectivamente, 62 e 58,6 milhões de reais no ano de 2011 (SEPLAN,2013).

Desta forma, observa-se que mesmo utilizando uma estimativa conservadora pode-se afirmar que a atividade do tráfico de entorpecentes possui um elevado impacto econômico na região do Trapézio Amazônico. Evidencia-se assim, que é necessária uma ampla ação do Estado brasileiro, de forma a enfrentar a problemática do narcotráfico de forma adequada, a fim de tentar reduzir o impacto deste sobre a região ora analisada.

Considerações Finais

Conforme exposto ao longo deste artigo, o narcotráfico na região do Trapézio Amazônico caracteriza-se como uma atividade com grande impacto econômico naquela região, apresentando diferentes fases ao longo das últimas décadas do século XX. Este estudo procurou apresentar o processo de evolução histórica desta atividade criminosa na região, identificar quais zonas produtoras de coca que possuem influência no território brasileiro. Assim sendo, foi possível observar que a produção de cocaína no território colombiano não possui grande relevância para o mercado brasileiro. Por outro lado, o território peruano, em especial o Departamento de Loreto, tem a atividade cocaleira diretamente ligada à produção de entorpecentes que adentram ao território brasileiro na região estudada.

A delimitação desta zona de influência, bem como a mensuração de seu impacto econômico, pode servir como instrumento balizador para os projetos voltados para o enfrentamento ao narcotráfico naquela região, a fim de que sejam traçadas políticas que tenham por base a real dimensão que esta atividade criminosa possui no Trapézio Amazônico.

Recebido em setembro de 2014, aprovado em dezembro de 2014.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. *Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea*. In: Miceli, S. e outros. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira. 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002, v. IV, p. 267-307.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Amazonas 2002-2011*. Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – DEPI, 2013.

BORBA, V. *Fronteiras e faixa de fronteira: Expansionismo, limites e defesa*. Rio Grande: Historiae.V.4, n. 2, p. 59-78, 2013. Disponível em <www.secer.furg.br/hist/issue/view/426> Acesso em 05 de maio 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado 1988.

CHAUMEIL, J.P. *Visão da fronteira: o caso do Trapézio amazônico*. In: ARAÚJO, R. e LÉNA, P. (Org.) *Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi - Mpeg, p.355-377, 2010

FONSECA, Ozorio; BARBOSA, Walmir; MELO, Sandro. *Manual de Normas para elaboração de Monografias, Dissertações e Teses*. Manaus: 2ª edição, 2013.

MACHADO, L. O. *Drug Trafficking and Money Laundering in the Amazon Region. Geoeconomic and Geopolitical Effects*. Em: Ch.Geffray; G.Fabre; Michel Schiray. (Org.). *Globalisation, Drugs and Criminalisation*. CD-ROM ed. Unesco, 2002, p. 151-171.

NOGUEIRA, R. J. B. *Território de Fronteira: Brasil/ Colômbia*. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra - Portugal: Anais do VIII CES, 2004.

PECEQUILO, Cristina S. *Introdução as Relações Internacionais*. São Paulo: Vozes, 2010.

STEIMAN, R. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Dissertação de Mestrado UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.117 p.

UNODC. *Colombia: Monitoreo de cultivos de coca 2013*.Colombia, 2014. Disponível em <"<http://www.unodc.org/unodc/en/crop-monitoring/index.html>"ht > Acesso em 30 de junho 2014.

UNODC. *Peru: Monitoreo de cultivos de coca 2013*. Lima: Cobol Srl, 2014. Disponível em <"<http://www.unodc.org/unodc/en/crop-monitoring/index.html>"ht > Acesso em 30 de junho 2014.

UNODC. *World Drug Report 2014*. New York: United Nations Publications, 2014. Disponível em “<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/index.htm?ref=menu>”> Acesso em 14 abril de 2014.

UNODC. *World Drug Report 2013*. New York: United Nations Publications, 2013. Disponível em: “<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/index.htm?ref=menu>”> Acesso em 14 abril de 2014.